

Viagem ao futuro da Amazônia

Grande Carajás, do sonho à realidade

U. Dettmar

RICARDO KOTSCHO
Da nossa equipe de reportagem

Vamos iniciar esta viagem pela Amazônia no Rio de Janeiro, onde fica o quartel general de Eliezer Batista, presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Pode parecer estranho, mas é natural, em se tratando de Brasil: o futuro da Amazônia é decidido em muitos lugares — no Rio, em Brasília ou em Nova York —, menos na Amazônia.

Daqui, do 21º andar de um prédio da avenida Presidente Wilson, este mineiro de Nova Era, 60 anos, que começou como engenheiro de manutenção da CVRD e, pela segunda vez preside a companhia, como é chamada, depois de ter sido ministro de Minas e Energia no governo João Goulart e passado alguns anos escanteado na Europa, comanda um exército de 20 mil homens que movimentam dois bilhões de dólares por ano e, desde o início dos anos 80, é o mais importante personagem desta aventura amazônica.

Falando fluentemente sete línguas, quase sempre viajando ou conversando por telefone com o mundo, Eliezer Batista tem pouco tempo para falar com o repórter. Por isso, nem espera a primeira pergunta, vai logo proclamando:

— O que estamos fazendo na Amazônia equivale a abrir um país novo.

Esta história começa em 67, quando o geólogo Breno Augusto dos Santos, então a serviço da Companhia Meridional de Mineração, uma subsidiária da United Steel, num pouso de emergência do seu helicóptero, descobriu as jazidas de ferro da Serra dos Carajás, mais tarde avaliadas em 18 bilhões de toneladas.

Como havia estrangeiros demais nesse negócio de mineração na Amazônia, o governo federal convocou a CVRD para formar uma "joint venture" com a Meridional, sendo então criada a AMZA, Amazonia Mineração S/A, em 70.

"O caso típico de opção sem alternativa"

Os americanos, no entanto, não pareciam muito interessados na imediata exploração do minério de ferro de Carajás, diante da recessão mundial que se seguiu à primeira crise do petróleo, em 73. As divergências entre brasileiros e americanos foram num crescendo até que, em 77, a CVRD comprou a parte da Meridional por 50 milhões de dólares.

Dois anos depois, quando Eliezer Batista reassumiu a presidência da Vale, a companhia estava numa situação econômica precária — no vermelho, como se diz. Adepto da teoria de crescer ou morrer e sabendo que a CVRD não poderia depender de uma vida inteira das suas reservas do Sul, que se esgotavam rapidamente, Batista, uma vez saneadas as finanças da companhia, resolveu jogar tudo no Norte.

— Era o caso típico do que Santiago Dantas chamava de opção sem alternativa. A Vale tinha necessidade de se expandir e não podia fugir desse desafio.

O desafio não era pequeno: uma riqueza incensurável num raio de 200 quilômetros a partir da primeira descoberta (além de ferro, havia também milhões de toneladas de bauxita, minério de cobre, manganês, níquel, cassiterita e ouro), no meio da selva, e a absoluta falta de recursos num país cada vez mais endividado.

No seu último ataque de megalomania, o regime do "Brasil Grande" havia criado um Conselho Interministerial para cuidar do Programa Grande Carajás, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, com a finalidade de "viabilizar o aproveitamento integrado das riquezas naturais da Amazônia Oriental".

Em outubro de 80, um documento do Ministério de Minas e Energia previa investimentos no valor de 28,6 bilhões de dólares. Dias depois, o ministro Cesar Cals, em entrevista, chegava a 30 bilhões de dólares e técnicos da Seplan, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que comanda o Conselho Interministerial, já falavam em 40 bilhões de dólares.

Quando o estudo demonstrativo de investimentos ficou pronto, chegou-se à miragem de 61,7 bilhões de dólares distribuídos pelos segmentos mineiro-metalúrgico, agrícola, pecuária, reflorestamento e infra-estrutura — quer dizer, praticamente o valor da dívida externa brasileira na época — para uma previsão de receita da ordem de 17 bilhões de dólares anuais.

Apresentado como a salvação da lavoura, viu-se logo que o Programa Grande Carajás não só não iria pagar nossa dívida externa como serviria para dobrá-la. Ainda em 81, o economista Celso Furtado, que hoje ajuda a elaborar o programa econômico do provável futuro presidente Tancredo Neves, denunciava aber-



Ao fundo, a hidrelétrica de Tucuruí, marco da exploração econômica de uma região potencialmente rica e habitada por um povo pobre

tamente que o Programa Grande Carajás seria utilizado para resolver os problemas do balanço de pagamentos.

Nem uma coisa nem outra: quando a CVRD decidiu jogar sua cartada decisiva na Amazônia, Eliezer Batista conta que encontrou o Programa Grande Carajás parado, o país afogado na crise e na recessão e uma interminável polêmica sobre o meio de transporte — hidrovia ou ferrovia — que deveria ser empregado para escoar o minério.

— Estava tudo muito confuso e a empresa não sabia que direção tomar. Os americanos diziam que a floresta iria nos engolir...

Para completar, o governo federal só admitira aprovar o Projeto Ferro Carajás, que era o que interessava à CVRD, num "contexto de desenvolvimento regional", que previa a criação de 1,2 milhão de empregos diretos. Só que faltavam recursos para isso.

Uma vez definida finalmente a opção pela ferrovia — foram cortados 600 milhões de dólares no orçamento inicialmente previsto para a sua construção — a empresa resolveu dar início ao projeto com recursos próprios. O tripé mina-ferrovia-porto do Projeto Ferro Carajás foi então orçado em 3 bilhões de dólares, sendo um terço desse valor captado no Exterior.

Neste capítulo entram os japoneses, que em sucessivas missões vieram ver "o que poderiam comprar se o Brasil pudesse produzir" e se encantaram com o Projeto Ferro Carajás, fechando negócio: eles ficaram com praticamente um terço das 35 milhões de toneladas anuais de minério que serão produzidas numa primeira etapa (até o final da década, deverão ser 50 milhões de toneladas anuais).

Quando isso, o governo federal se limitava a tocar a hidrelétrica de Tucuruí, deixando de lado a história de Grande Carajás, que iria pagar nossa dívida externa. Orgulhoso por

ter conseguido transformar em realidade seus planos amazônicos sem ter sido engolido pela floresta, Eliezer Batista não tem nenhuma dúvida de que este é um processo irreversível de ocupação da Amazônia e nada mudará, qualquer que seja a política do próximo governo.

— Além de ser um projeto economicamente viável, não tem ali um tostão de subsídio. Foi aberto um novo país com dinheiro da própria Vale, que permitirá a implantação de uma zona agrícola próspera ao longo da ferrovia, além de transformar em breve Marabá, Açailândia e São Luís em cidades industriais da maior importância.

"Eu sei que a Vale vai pagar por tudo"

Mas o que pensa de tudo isso hoje Breno Augusto dos Santos, o jovem geólogo que há 21 anos se embrenhou na selva amazônica, descobriu a mina e aprendeu a amar esta terra? Diretor regional da Docego, uma subsidiária da CVRD, em Belém, Breno viveu por dentro as transformações da região e pode dizer:

— Não se confirmaram nem as previsões trágicas nem as milagrosas de renedação da Amazônia. Nem tudo que é bom ou ruim pode ser atribuído a Carajás. Mas eu sei que a Vale vai pagar por tudo...

Calejado, Breno já não alimenta ilusões como quando chegou aqui a Belém nos anos 60 e a Amazônia era uma fantasia de filme de Tarzan, aquela visão romântica totalmente irreal.

— A primeira descoberta foi a de que já havia gente morando aqui... e os índios não estavam matando ninguém...

Vieram os tempos do "milagre", do "ninguém segura este país", do oba-oba, mas quando o general Médici decidiu abrir a Transamazônica no

início da década de 70 para "dar a terra sem homens aos homens sem terra", depois de ver a desgraça de mais uma seca no Nordeste, ainda era essa a imagem que prevalecia.

Assim foi também com Tucuruí e Carajás, os derradeiros suspiros do ufanismo grandioso, que quase acabaram não saindo a tempo de serem inaugurados pelo último general-presidente da série de 64, por absoluta falta de dinheiro.

— Estes projetos já são do tempo em que o regime teve que começar a pagar as faturas das primeiras obras faraônicas. Mas Tucuruí e Carajás são importantes dentro do contexto mundial, por isso que saíram. Se não houvesse a recessão mundial, já teriam virado a Amazônia de pernas para o ar. A recessão acabou ajudando a gente. Agora temos tempo para pensar, tempo para estudar a realidade e para nos organizar politicamente.

Só agora, constata Breno, a elite econômica da região está se preparando para participar dos projetos destes novos tempos, enquanto a grande massa nem sabe o que está acontecendo. Até aqui não houve nenhuma participação da comunidade diretamente atingida pelos projetos para discutir seu próprio futuro: é como se vários discos voadores estivessem descendo ao mesmo tempo, sem dar tempo pra descobrir o que querem, afinal, os marciais.

Mesmo antes de se falar em Tucuruí e Carajás, o Sul do Pará já estava sendo invadido na mesma velocidade por madeiras, grandes empresas, garimpeiros, posseiros em busca de terras livres.

— Esta é uma Nação potencialmente rica, com povo pobre. Como podemos ter problemas de terra, com tanta terra? As melhores terras da região de Carajás, por exemplo, deveriam ser usadas para projetos agrícolas, mas servem só para pecuária, tocam fogo para fazer pasto. Carajás é hoje uma ilha rodeada de garimpo e desmatamento.

Que fazer? Breno está convencido de que tudo depende da forma como se explorará a riqueza do subsolo amazônico.

"O problema é sermos maus negociantes"

— Se explorar mal, vai apenas aumentar ainda mais a pobreza e nunca se resolverá o problema da dívida externa. É preciso usar Carajás como começo de um programa para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Mas isso tem que ser uma conquista da sociedade. Não vai ser de graça. O aproveitamento das riquezas minerais implica na própria soberania nacional. As coisas têm que ser bem feitas. Mas acho que ainda há espaço para negociar. O problema é que somos maus negociantes.

Para o geólogo que descobriu a riqueza de Carajás, em primeiro lugar é necessário reverter essa imagem de que a Amazônia é o celeiro do mundo.

— O processo está só começando agora. Ainda há espaço político para usar Carajás em favor do Brasil. Isso vai depender da capacidade de cada um de nós. Outro dia, depois de uma palestra que fiz na Câmara Federal, um deputado do governo veio se queixar: "Sempre me disseram que Carajás é a salvação do País. Agora, vem o senhor que é da Vale do Rio Doce e fala que é tudo um sonho distante..." Eu respondi a ele que é preciso sonhar dentro da realidade. Só com matérias-primas não se faz a redenção de país nenhum.

E o que pensam os políticos sobre estes projetos, agora que o futuro chegou? Enganam-se os que imaginam que as lideranças políticas do Pará estejam batendo palmas para o progresso trazido de fora.

Romero Ximenes, líder do governo peemedebista na Assembleia Legislativa do Pará, é um dos críticos mais contundentes.

— Do ponto de vista da população nativa, todos os grandes projetos têm trazido impacto negativo. Sobre tudo a população indígena e a cabocla têm sofrido sistematicamente. Os grandes projetos partem da premissa de que há um vazio demográfico, e como se não existisse gente.

O Pará deixou de ser do Pará, constata Ximenes, ao afirmar que 82% do seu território está hoje sob jurisdição do governo federal.

— O Estado do Pará está liquidado territorialmente. O que não é do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) é o do GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas), órgãos vinculados ao Conselho de Segurança Nacional. Uma faixa de cem quilômetros na margem das estradas federais construídas ou projetadas também não nos pertence mais. Não há um plano da Eletronorte para eletrificação das cidades do Interior do Pará. Tudo só é feito para os grandes projetos. Isso desorganizou a economia tradicional e concentrou a terra. Estão fazendo uma reforma agrária ao contrário com essa política da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) de só beneficiar os grandes projetos agropecuários, de madeira e de mineração.

No mesmo dia em que o deputado nos dava esta entrevista, o governador paraense Jader Barbalho, do PMDB, denunciava na abertura do 1º Encontro Estadual da Indústria que a Sudam está com um déficit de Cr\$ 41 bilhões e criticava a incapacidade do órgão de direcionar os incentivos fiscais para a pequena e média empresas, "os verdadeiros impulsores da economia regional". A ideologia desenvolvimentista adotada na Amazônia, segundo o deputado Romero Ximenes, está provocando uma verdadeira guerra no Pará.

— Está havendo um etnocídio, um genocídio no Pará. Todas as nossas forças culturais são consideradas atrasadas e há uma política para eliminá-las. Há uma assustadora diminuição das populações tribais e a população cabocla também vem diminuindo. Belém inchou: passamos de 502 mil habitantes em 68 para 1,2 milhão em 83, com o conseqüente aumento da criminalidade e da prostituição. Nem na Segunda Guerra Mundial morreu tanta gente como nos conflitos de terra no Pará, que coloca em choque forças desiguais. É um processo de desocupação humana e de ocupação econômica.

"Um resultado típico da militarização"

Um dos mais respeitados estudiosos do processo de desenvolvimento da Amazônia, o economista e professor Aloisio Leal está no momento desenvolvendo uma pesquisa — o "Projeto Barcarena", onde está sendo implantado o complexo Albrás-Alunorte de alumínio e alumina — exatamente sobre o impacto da modernização econômica numa área de economia tradicional de subsistência.

Depois de um ano de trabalho, à frente de uma equipe de nove pesquisadores, Leal afirma que Barcarena é "o resultado típico do processo de militarização da economia brasileira". A partir de 64 e, especialmente, depois da crise do petróleo em 73, diz ele, o modelo ocupacional da Amazônia destinado à exploração enclástica e predadora visou apenas abrir uma nova fronteira de energia farta e barata para a expansão do capital.

— A Amazônia começa a ser explorada para ser esta nova fronteira. A crise nas cidades provoca uma migração desordenada e governo tenta fazer na Amazônia um assentamento prévio de mão de obra para posterior aproveitamento nos grandes projetos, com a exploração intensiva dos recursos naturais.

Barcarena constitui o primeiro caso de acompanhamento de um grande projeto por pesquisadores da região, que atestam um "processo destrutivo da organização produtiva e da organização sócio-cultural das populações caboclas".

— O complexo Albrás-Alunorte necessitava de apenas sete mil hectares para a implantação do projeto, mas ficou logo com 40 mil hectares, numa característica política de enclaves para ajustar a região vizinha ao seu controle. Num primeiro momento isto desarticula tudo, introduz novos valores.

Barcarena, lembra, é uma região histórica, palco da célebre Cabanagem, movimento libertário do Pará em 1835. O primeiro presidente cabano da Província do Pará, Eduardo Angelim, está sepultado na Fazenda Madre de Deus, em Barcarena. Talvez o progresso poupe os despojos de Angelim, mas, como Eliezer Batista, Alisio Leal também acha que o processo é irreversível.

— O que se pode é sustar a violência desse processo, evitando que se reproduzam desapropriações que penalizem diretamente as populações nativas.



Eliezer Batista, o presidente da Vale

Até agora, Cr\$ 9 trilhões foram investidos

As jazidas de minério de ferro de Carajás foram descobertas em 1967, mas só em 1980 o projeto deslançou, com a edição de um conjunto de decretos-leis que estabeleceram um regime especial para a exploração econômica da região. De lá para cá, as obras foram tocadas com intensidade. Construiu-se a infra-estrutura de mineração na Serra dos Carajás, onde se concentram as minas de ferro, e a ferrovia deve ser inaugurada em abril de 85, viabilizando o escoamento da produção.

Até agora foram investidos Cr\$ 9 trilhões — a preços de dezembro de 83 —, segundo informações do secretário-executivo do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, João Menezes. Mais Cr\$ 7 trilhões de investimentos em 26 projetos já estão programados para que Carajás não se limite à extração do minério de ferro da melhor qualidade, mas incorpore também empreendimentos que viabilizem todo o potencial mineral da região (75 milhões de toneladas de manganês, 1,2 bilhão de t de cobre, 48 milhões de

t de bauxita, 123 milhões de t de níquel, 100 mil t de estanho e 235 t de ouro) e sejam capazes de transformá-lo também em pólo agro-industrial. A inversão total prevista será, portanto, de Cr\$ 16 trilhões, que à cotação cambial do final do ano passado significam cerca de 16 bilhões de dólares, praticamente o custo da hidrelétrica de Itaipu.

Trabalham hoje no projeto mais de 60 mil homens. Quando todos os empreendimentos estiverem integrados, no final do século, e com investimentos bem acima dos US\$ 16 bi, a previsão é de que se crie um milhão de empregos, dos quais 800 mil na agricultura. Há otimismo com o andamento do Grande Carajás daqui para frente porque a região conta finalmente com dois pilares fundamentais: transporte (ferrovia de 890 quilômetros ligando a serra a São Luís do Maranhão) e energia elétrica (Tucuruí, que numa primeira etapa terá capacidade de 4 milhões de quilowatts). Agora, a ordem é continuar o trabalho e esperar que a canalização de recursos para os

projetos não repita o vauvém de anos anteriores.

Entre abril de 85 e julho de 86, já deverão ser produzidos 1,3 milhão de toneladas de minério de ferro e 200 mil toneladas de manganês, cuja jazida está localizada a apenas 20 quilômetros da mina de ferro. Pronto o terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, capaz de receber navios de 280 mil toneladas de porto bruto, a produção de ferro chegará a 15 milhões de toneladas por ano, boa parte dela já encomendada por siderúrgicas estrangeiras.

Pelas previsões do secretário-executivo do programa, João Menezes, já em 1987 a exportação poderá chegar a 35 milhões de t/ano. Neste momento, acredita ele, o investimento superior a US\$ 3 bilhões que a Vale do Rio Doce fez ali começará a dar retorno. O maior trunfo no mercado externo é o teor de 66% de ferro de Carajás, o que torna este tipo de minério muito atrativo, pois reduz os custos de sua transformação em aço.(EE)